

FMI vai exigir a centralização do câmbio

CLÁUDIO LESSA
Correspondente

Washington — Se quiser negociar com o Fundo Monetário Internacional e receber algum dinheiro novo para cuidar da renegociação de sua dívida externa, o Brasil terá que forçar o congelamento dos projetos Três (a chamada Trade Commitment Letter, referente às linhas de financiamento ao comércio exterior) e Quatro (a chamada Interbank Commitment Letter, que diz respeito às linhas de crédito interbancário), promovendo uma centralização de câmbio que acabará por impedir que o dinheiro existente nestas contas, cerca de 15 bilhões de dólares, continue saindo do País.

A revelação, de uma fonte ligada aos organismos financeiros multilaterais, indica ainda que o FMI “não está disposto a colocar dinheiro novo no País, para que ele continue vazando novamente pelos projetos Três e Quatro”. Com isso, diz a fonte, os projetos Três e Quatro, responsáveis por quase 15 por cento do que o Brasil deve atualmente, passarão a fazer parte da renegociação da dívida externa brasileira — algo que, originalmente, esperava-

se deixar fora das negociações.

Tomando por base um exemplo hipotético em que o banco “X” deve 10 milhões de dólares a um banco comercial americano, o que vai acontecer é que, em vez de o banco americano receber os 10 milhões de dólares, vai receber apenas os juros, e terá que renovar o empréstimo a cada 90 ou 180 dias.

A fonte rejeita a idéia de que essa medida, a ser tomada pelo Brasil por exigência do FMI, venha a gerar uma onda de protestos por parte dos bancos credores, que desta maneira ficarão longe de receber seu dinheiro. “O vazamento está ocorrendo, basicamente, através de bancos pequenos. Os bancos grandes vão ficar sozinhos”.

O único problema com a centralização do câmbio — ou segundo a fonte, usando outro nome para evitar a palavra “centralização” — “o que vai acontecer é que haverá uma renegociação da linha de crédito, para que ela vença em quatro anos. Os projetos Três e Quatro, que vencem em maio de 1991, passarão a vencer em maio de 1995”.